

ESTADO, POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOCULTURAL OITOCENTISTA



DE CASTRO

Vera Lúcia Nogueira - Organizadora



ESTADO, POLÍTICA
E EDUCAÇÃO NO
CONTEXTO
SOCIOCULTURAL
OITOCENTISTA



COLEÇÃO EDUCAÇÃO E
FORMAÇÃO HUMANA



FAPEMIG



NEPHE
Núcleo de Estudos e
Pesquisas em História da
Educação

FACULDADE DE
EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu Mestrado em Educação

Vera Lúcia Nogueira
(Organizadora)

ESTADO, POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOCULTURAL OITOCENTISTA

1ª Edição

São Carlos / SP

Editora De Castro

2022

Conselho Editorial:

Profª Drª Adriana Garcia Gonçalves
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Prof. Dr. Alonzo Bezerra de Carvalho
Universidade Estadual Paulista – Unesp
Prof. Dr. Antenor Antonio Gonçalves Filho
Universidade Estadual Paulista – Unesp
Profª Drª Bruna Pinotti Garcia Oliveira
Universidade Federal de Goiás – UFG
Profª Drª Célia Regina Delácio Fernandes
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Prof. Dr. Felipe Ferreira Vander Velden
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Prof. Dr. Fernando de Brito Alves
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP
Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silva
Universidade Federal do Pará – UFPA
Profª Drª Heloisa Helena Siqueira Correia
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Prof. Dr. Hugo Leonardo Pereira Rufino
Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus
Uberaba, Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico
Profª Drª Jáiina Pinheiro de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação – UFMG / FAE

Profª Drª Jucelia Linhares Granemann
Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul – Campus de Três Lagoas – UFMS
Profª Drª Juliane Aparecida P. P. Campos
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Profª Drª Layanna Giordana Bernardo Lima
Universidade Federal do Tocantins – UFT
Prof. Dr. Lucas Farinelli Pantaleão
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Prof. Dr. Luis Carlos Paschoarelli
Universidade Estadual Paulista – Unesp / Faac
Profª Drª Luzia Sigoli Fernandes Costa
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Profª Drª Marcia Machado de Lima
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Prof. Dr. Marcio Augusto Tamashiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Tocantins – IFTO
Prof. Dr. Marcus Vinícius Xavier de Oliveira
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Prof. Dr. Mauro Machado Vieira
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Prof. Dr. Osvaldo Copertino Duarte
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Editor da Editora De Castro: Carlos Henrique C. Gonçalves

Projeto gráfico: Carlos Henrique C. Gonçalves

Capa: Carlos Henrique C. Gonçalves

Preparação e revisão de textos/normalizações (ABNT): Editora De Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Lumos Assessoria Editorial

Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

E74 Estado, política e educação no contexto sociocultural
oitocentista [recurso eletrônico] / organizadora Vera
Lúcia Noqueira. — 1. ed. — São Carlos : De Castro, 2022.
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5854-471-5

1. Educação – História – Séc. XIX – Brasil – Aspectos
sociais. 2. Ciência política – História – Séc. XIX – Brasil.
3. Brasil – Política e governo – Séc. XIX – Aspectos
sociais. I. Noqueira, Vera Lúcia. II. Título.

CDD 370.9034

DOI: 10.46383/isbn.978-65-5854-471-5

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em
parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Editora De Castro
contato@editoradecastro.com.br
editoradecastro.com.br



SUMÁRIO

PREFÁCIO

José G. Gondra	7
----------------------	---

APRESENTAÇÃO

Vera Lúcia Nogueira	15
---------------------------	----

1

ESCOLA BRASILEIRA: O LIVRO DIDÁTICO DE CAIRU

Dalvit Greiner de Paula	23
-------------------------------	----

2

O ORDENAMENTO E A EDUCAÇÃO DOS SENTIDOS E DAS SENSIBILIDADES DO CIDADÃO DO IMPÉRIO: MARIANA (MG)

Tainah Fernandes Teixeira Lessa	53
---------------------------------------	----

3

OS CASTIGOS ESCOLARES EM MINAS GERAIS (1835-1867)

Juliana Caires Pereira	93
------------------------------	----

4

EDUCAÇÃO E CULTURA FILANTRÓPICA NA PROVÍNCIA DE MINAS (1865-1879)

Leandro Carvalho Silva	125
------------------------------	-----

5

**REPRESENTAÇÕES SOBRE AS MULHERES E INSTRUÇÃO
PÚBLICA FEMININA NO SÉCULO XIX**

Ana Paula Martins de Melo 163

6

**UM PROFESSOR DE ENSINO MÚTUO NA ADMINISTRAÇÃO
PROVINCIAL OITOCENTISTA**

Vera Lúcia Nogueira 189

SOBRE OS(AS) AUTORES (AS) 231

PREFÁCIO

Um Império a ser bem forma(ta)do, as *pequenas pátrias* e o problema da formação das populações

José G. Gondra¹

A província de Minas é uma espécie de padrão em face do qual coloco, por assim dizer, cada uma das províncias que percorri mais tarde e, dessas aproximações, resulta que, descrevendo estas últimas, completo as minhas relações precedentes

Saint-Hilaire (1847-1848)

Conforme consta em verbete disponível no site da Biblioteca Nacional², antes de empreender a série de grandes périplos pelo Brasil da primeira metade do século XIX, entre 1816 e 1822, Auguste de Saint-Hilaire herboriza durante vários meses nos arredores do Rio, e faz uma viagem experimental a Ubá, fronteira indígena situada a trinta léguas do litoral, na estrada de Minas Gerais. De acordo com o verbete, esta se constitui na primeira experiência de alteridade do viajante francês. O encontro com um grupo de índios Coroados o perturbara. Nos seus registros, não esconde a desaprovação a certos costumes dos escravos como os batuques e as danças que classifica como “indecentes”, praticadas pelas negras.

Nos primeiros capítulos do relato da **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil** (Saint-Hilaire, 1941)³, reúne a maioria dos elementos que caracterizam o conjunto da obra e que a tornaram preciosa tanto aos botânicos quanto aos historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros e brasilianistas. As descrições da paisagem dizem respeito à nomenclatura, anatomia e “geografia das plantas”, mas penetram igualmente o campo da geografia humana, visto que se interessa pelas formas e processos de ocupação e de exploração das terras, pela

1 - Professor titular na UERJ. Pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

2 - As Viagens de Saint-Hilaire. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/dossie-antigo/matrizes-nacionais/figuras-de-viajantes/as-viagens-de-auguste-de-saint-hilaire/> Acesso em: 14 jun. 2021. Ver também Fonseca (2021).

3 - A respeito desta viagem, conferir também Maluly (2020).

administração civil e eclesiástica, pelo léxico espacial e pelos topônimos, pelas produções agrícolas, pelo comércio, arquitetura, demografia e pelos costumes das diferentes populações.

Ligado às práticas utilitaristas e filantrópicas que caracterizam a literatura de viagem do período, Saint-Hilaire se preocupa com o destino dos povos autóctones. Chega a considerar uma política de cruzamento e miscigenação com os africanos, a fim de permitir aos Índios “resistir à superioridade dos brancos”. Como afirmado no referido verbete, o letrado francês foi testemunha direta das “revoluções” latino-americanas, e convencido, a exemplo de Chateaubriant, que “as viagens são uma das fontes da história”, obstina-se a comentar tanto os grandes feitos do processo de independência da jovem nação quanto a “pequena” história regional ou local do Brasil.

FIGURA 1 - Fragmento do livro *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*

Quando D. JOÃO VI, expulso de Portugal pelos franceses, procurou asilo na América, parte do sistema colonial teve que cair. Estabeleceram então no Rio de Janeiro tribunais de última instância; o Brasil foi aberto aos estrangeiros e foi enfim permitido aos seus habitantes o aproveitamento das riquezas que a natureza a cada passo lhes oferecia. Mas, não se foi muito longe; após esse esforço, pararam. Não se procurou estabelecer alguma uniformidade no novo reino, cuja existência vinha de ser proclamada; deixaram subsistir a desunião das províncias, e D. JOÃO VI era no Rio de Janeiro o soberano de uma multidão de pequenos Estados distintos. Havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros.

FONTE: Saint-Hilaire (1941).

É nesta chave que formulou o diagnóstico de que *havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros*. Chave por meio da qual expõe a ausência de isomorfia entre a existência de um território e o pertencimento das gentes que o habitavam, indicando, igualmente, as exclusões relativas ao uso dos princípios da liberdade e da propriedade para regular direitos civis e políticos, sobretudo quando se considera o contingente dos escravizados e o universo feminino.

A expressão consagrada do botânico francês também pretendeu cumprir outra função; a de denunciar outros efeitos do sistema colonial que, na sua ótica, empobrecera o Brasil, sendo, contudo, a finalidade de dividi-lo a que classifica como a mais odiosa. Ao semear germen de de-

sunião entre as províncias, a metrópole esperava conservar, por mais longo período, a superioridade de forças que lhe era necessária para exercer sua tirania. Cada Capitania, afirma, tinha seu sátrapa, cada qual com seu pequeno exército; cada uma com seu pequeno tesouro. Comunicavam-se dificilmente entre si; frequentemente ignoravam, reciprocamente, suas existências. Essa dinâmica fazia com que, no Brasil, não houvesse, absolutamente, um centro comum; sendo um círculo imenso cujos raios iam convergir bem longe da circunferência.

O *resumo* da história do Brasil, parte final do detalhado relato desta viagem⁴, segue a cronologia definida pelo protagonismo de grandes homens; no caso D. João VI e D. Pedro I, caracterizando-os com base nos marcos familiares, formação, qualidades pessoais, estrutura e funcionamento do aparato oficial; por exemplo. Para o botânico francês, nenhum dos dois reuniu condições adequadas e suficientes para governar um Império, à época, apenas menor que a Rússia, China e Império Britânico. A grandiosidade se encontrava, ainda, articulada à heterogeneidade dos habitantes do Brasil. Entretanto, suavizava um pouco sua crítica à diversidade da população, assinalando que, em geral, possuíam hábitos pacíficos, eram bons, generosos, hospitaleiros, magníficos mesmo, e que, em particular, os de várias províncias eram notáveis pela vivacidade de espírito e de inteligência.

No entanto, sublinha, o sistema colonial mantivera os brasileiros na mais profunda ignorância; a admissão da escravatura os familiarizara com exemplos dos mais abjetos vícios; e, após a chegada da corte de Portugal ao Rio de Janeiro, o hábito da venalidade foi introduzido em todas as classes. Uma multidão de patriarcados aristocráticos, divididos entre si por intrigas, pueris vaidades e interesses mesquinhos foi espalhada pelo Brasil. Para o letrado francês, não existia absolutamente a sociedade brasileira, podendo-se notar apenas alguns elementos de sociabilidade.

No entanto, esse diagnóstico, bem datado e bem circunstanciado, se refere ao período joanino e ao chamado primeiro reinado, parte do *resumo* histórico das “revoluções” do Brasil, entre a chegada de D. João VI e a abdicação de D. Pedro I. Ao finalizar a narrativa, o cientista que se auto-descreve como amante do Brasil oferece um prognóstico em outra chave.

Na ótica do homem da ciência e cronista social, após a abdicação, em 1831, os destinos do Brasil passavam a repousar sobre “a cabeça de uma criança”, que ainda unia as províncias do vasto império. Para Saint-Hilaire, a permanência do filho de D. Pedro I em solo brasileiro opunha uma barreira aos ambiciosos que surgiam em todas as partes com uma mediocridade idêntica e pretensões igualmente gigantescas. A função cen-

4 - O livro, na versão traduzida, de 1941, é composto por 21 capítulos, finalizado com o *resumo*, distribuídos em 474 páginas, sendo 44 delas destinadas a uma súpula da história do Brasil.

trípeta do herdeiro do trono vem reforçada por outro marcador. Para o francês, um europeu não poderia governar na América, mas *aquela criança* era um brasileiro: “o belo azul do céu dos trópicos feriu seus primeiros olhares; foi à sombra das florestas virgens que se guiaram seus primeiros passos” (SAINT-HILAIRE, 1941). Deste modo, ele não teria saudades, nem do Palácio de Lisboa, nem dos frutos do Douro. Nascido na América, não coparticiparia de nenhum dos preconceitos dos europeus contra sua bela pátria e teria todos os brasileiros contra a Europa; tal era a lei da vida. Ao mesmo tempo, ao nome do “jovem D. Pedro” se ligavam às mais belas lembranças. Em suas veias corria o sangue de reis cuja glória aventureira teria mais influência sobre os destinos do mundo que a dos mais ilustres soberanos da França e da Inglaterra, desses reis sob os auspícios dos quais foram descobertos o roteiro das índias e a terra do Brasil. Só, entre os brasileiros, *a criança* representava o presente e o passado; e dedicando-se à sua pátria, poderia formar uma ligação feliz entre ela e o Novo Mundo.

Veja que o foco incide na preocupação com a preservação da unidade do vasto Império, cujo centro deveria girar em torno da figura do monarca, de modo a evitar o federalismo e a república; considerando as inspirações negativas estrangeiras, sobretudo as da “união americana”; daí a importância atribuída ao projeto nacional e formação de suas gentes. O risco também é associado aos poderes locais, às pequenas pátrias; o que reveste de relevo ainda maior os estudos focalizados no plano provincial e das municipalidades.

No caso deste livro, o conjunto explora questões muito importantes, com foco em Minas Gerais, província considerada por Saint-Hilaire, certamente, como a mais civilizada e, talvez, a mais rica. É nela que, segundo ele, os habitantes menos diferiam entre si e mostravam maior grau de nacionalismo (SAINT-HILAIRE, 1941).

Estruturado em torno de seis capítulos, este livro recobre questões relevantes para se pensar a construção do Estado Imperial e a necessidade de instruir suas populações, a partir de propostas e medidas que se processaram em nível mais celular; no plano provincial e no plano das cidades; o que reveste este material de um interesse bastante especial; já que portador de contribuições inéditas e/ou ainda pouco trabalhadas pela historiografia da educação brasileira.

Os seis aspectos que integram este livro implicam pensar um movimento crescente de racionalização da forma escolar e de estratégias mais difusas de formação que se pretendeu instaurar no império brasileiro; especialmente na vasta Província de Minas Gerais: o governo das aulas, por meio da escolha de um método oficial e saberes a serem disseminados (ler, escrever, contar e fundamentos da religião católica), modos de ensinar (a

opção pelo método de ensino mútuo), os sujeitos governáveis (articulando discursos religiosos, moralizantes higienistas e de gênero), a extensão do governo (baseado em orientações doutrinárias, na demanda demográfica e modos de se conduzir nas cidades), o poder estendido (produção de uma rede cada vez mais numerosa e heterogênea, com participação de agentes da filantropia) e a problemática da disciplina, combinando o que se instaura como norma e desvio, bem como o sistema de recompensa para os ajustados e de disciplina e suplício para as diferenças.

Esse conjunto de medidas indicia a disposição em fazer aparecer uma nova escola e estratégias de formação, indicando, com detalhes, as formas escolares e dispositivos de gestão do outro e de si que deveriam ser acolhidos, legitimados e aqueles a serem evitados, abandonados e invisibilizados.

O conjunto dos estudos aqui reunidos permitem dialogar com a noção de poder e das complexas relações destinadas a gerir o outro, bem como os efeitos daí decorrentes, com seus alinhamentos e diferenças. Desse modo, o poder não pode ser compreendido na chave da propriedade e/ou titularidade de uns e vazio de outros. Trata-se de pensar a partir das relações, assimétricas, microfísicas, marcadas por permanências e discontinuidades. Chave que torna ainda mais fértil a observação dos problemas abordados nos seis capítulos, os quais, por sua vez, exibem dimensões do complexo processo de construção do Império do Brasil, com base nos recortes estabelecidos nas Minas Gerais.

O livro propõe pensar dispositivos implicados no movimento de governo da população a partir dos mínimos detalhes, o que implica no reconhecimento de uma racionalização crescente da forma escolar e de outras estratégias, possíveis de serem percebidas no investimento, por vezes, sutil, no processo de disciplinarização do espaço, tempo, saberes, métodos, materiais e diversos sujeitos da escola e do seu entorno.

Desse modo, um dos argumentos centrais do livro considera a *formação* como *acontecimento* profundamente relacionado a projetos mais amplos de *governo das multidões*, de forma que é preciso pensar as medidas ativadas e desativadas no jogo complexo das articulações entre disciplina e biopolítica.

Nessa linha, à inexistência de um poder central; que tudo controla e comanda, modelando saberes, instituições e sujeitos, irreversivelmente, ainda que a figura do monarca seja frequentemente convocada como expediente para organizar e fazer funcionar o Estado Imperial; se faz necessário observar a “força centrípeta” da escola e de diversos agentes e agências sociais; como recurso estratégico para o projeto da rara monarquia na América. Portanto, se os projetos culturais e civilizatórios delineiam os traços gerais dos programas e medidas de gestão do um e do múltiplo, esta, contudo, não se constitui como um reflexo simples

e imediato de medidas globais e do normativo. Os dispositivos de formação se encontram inscritos e participam das relações de poder e das articulações políticas da vida social, o que instiga a pensar a escola, saberes e agentes escolares e sociais como partes dos projetos que tendem a governar e impor limites à existência, ao poder e à verdade. Mas também o que disto se afasta, destinado a construir outros possíveis.

Este livro, pois, apresenta uma importante contribuição aos estudos relativos à história da Educação no Brasil Imperial, afastando-se e problematizando a velha história das ideias, bem como a igualmente tradicional história das políticas públicas, focadas, quase que exclusivamente nos textos normativos e em uma suposta unidade/homogeneidade nacional.

O retorno aos arquivos, um dos destaques deste livro, bem como a mobilização de ferramentas adequadas às interrogações formuladas, permitem reconhecer, no material em questão, um deslocamento expressivo relativo às narrativas que ainda prevalecem no campo da Educação, nas quais a escola e os investimentos de formação dos brasileiros são, via de regra, creditada a um pensamento original e criativo, atribuído a um determinado sujeito soberano ou como derivação simples e mecânica de reformas que se acumulam e avolumam desde o período colonial.

Antes de encerrar, gostaria de lembrar que Carlos Drummond de Andrade, no exercício do jornalismo, publicou uma matéria sobre o francês amineirado, intitulada **Meu amigo Saint-Hilaire**, como parte da cobertura da exposição do bicentenário do nascimento do botânico, ocorrida na Biblioteca Nacional, em 1979. Para o escritor mineiro, ele tinha simpatia pessoal e gratidão por aquele homem cultivado. Dentre os viajantes do início do século XIX, ele era o que mais lhe interessara pelo que viu e contou de Minas. Graças a ele, afirma, viajou pelas terras das Minas, Goiás, Espírito Santo, São Paulo e do Sul do Brasil, tendo podido conhecer seus moradores, seus costumes, plantas, animais e minerais, sem precisão de sair de casa. Era uma espécie, cômoda, de turismo na toca. Acrescenta que as leituras dos relatos das viagens, transcorridos cerca de 150 anos, tinha um quê de atualidade, mas não era isso que buscava nas palavras do “amigo”. O que o encantava era a observação lúcida, o interesse pelas coisas da natureza e do homem, a inclusão do lado humano na preocupação científica.

Ao finalizar a matéria é taxativo: tudo é bom de ser lido em Saint-Hilaire, que perdera a saúde em seis anos de sertão, mato-virgem e deserto, no Brasil. Contudo, não se arrependia de seus sacrifícios pela ciência e pelo bem-estar coletivo se seus livros viessem a despertar algum eco moral e prático. Afinal, desejara para nós uma agricultura florescente, uma infância protegida e uma sociedade decorosa.

Como não simpatizar e agradecer a este amigo, sobretudo em dias de numerosíssimos tristes lutos e de discursos anticientíficos?

Parafraseando o poeta de Itabira, uma das muitas terras visitadas pelo francês, tudo é bom de ser lido nesse livro, cabendo ressaltar que se trata de um investimento decorrente de projeto de pesquisa, desenvolvido por cerca de cinco anos, com financiamento do CNPq e da FAPEMIG, com a contribuição decisiva de integrantes do grupo de trabalho coordenado pela organizadora; o que funciona como indicador adicional da qualidade do texto ora submetido à apreciação de um conjunto mais amplo de leitores; expressão do compromisso do grupo com a ciência, com a educação e sua história, bem como com a difusão qualificada do que se produz na Universidade Pública.

Por fim, fica o convite para o “turismo na toca”, de modo a poder escutar alguns dos ecos morais e práticos desejados pelo velho homem da ciência, na certeza de que, nas páginas que se seguem, os leitores também terão contato com a vida real, difícil, aqui informe, ali selvagem, do minerador, do trovador, do caipira, do João-ninguém. E, ainda, do contrabandista, do curandeiro, do fazendeiro que trancava mulher e filhos a sete chaves para forasteiro nenhum arriscar o olho. “Tão Brasil” (ANDRADE, 1979).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. Meu amigo Saint-Hilaire. **Jornal do Brasil**, p. 5, 16 out. 1979. Caderno B.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941 (1833 – 1. Ed).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Voyage aux sources du Rio de S. Francisco et dans la Province de Goyaz**. Paris: Arthus Bertrand lib., 1847-1848.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Viagens pelo interior do Brasil - Observações históricas e geográficas de Auguste de Saint-Hilaire**. Disponível em: <https://books.openedition.org/mnhn/3201>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MALULY, Vinícius S. Auguste de Saint-Hilaire e os territórios de exceção (Minas Gerais, 1816-1817). **PatryTer**, v. 3, n. 6, p. 266-280, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.27958>. Acesso em:

APRESENTAÇÃO

Vera Lúcia Nogueira

O livro *Estado, política e educação no contexto sociocultural oitocentista* é fruto de um trabalho coletivo que reúne resultados de pesquisas historiográficas realizadas no âmbito da Linha “Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais” do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NEPHE) da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). As pesquisas decorrem do investimento¹ que temos feito no sentido de conferir visibilidade às políticas para a instrução pública provincial compreendidas na relação com o Governo imperial.

Inscritos no campo da História da Educação, os estudos aqui apresentados problematizam as práticas educativas, escolares ou não, desenvolvidas ao longo do século XIX no Império brasileiro, com destaque especial para a província de Minas Gerais, possibilitando uma compreensão acerca das mudanças que o contexto sociopolítico-cultural promoveu na educação do início até o final desse século. Essa produção, motivada pelos vários desafios historiográficos enfrentados pela História da Educação, soma-se ao investimento² e esforços que o campo vem fazendo para dar visibilidade às iniciativas públicas e privadas de instrução e educação da população oitocentista do Brasil³. Como resultado,

Esses estudos têm contribuído, desde a década de 1990, para, entre outros itens, dessacralizar antigos mitos historiográfi-

1 - Refiro-me especialmente aos estudos realizados como parte do Projeto “O Império das Minas Gerais: relações entre política, poder, educação e cultura na administração dos negócios da província (1834-1889)”, financiado com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e do Projeto “Política e Educação na província de Minas Gerais: implicações da alta rotatividade no cargo de presidente na formulação das políticas de instrução pública primária (1850-1889)”, com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Como integrantes da equipe da pesquisa contamos com estudantes do Mestrado em Educação da UEMG, cujas pesquisas compõem esta obra e com diversos estudantes de Graduação, seja como bolsista de Iniciação Científica ou na condição de voluntários, da Faculdade de Educação da UEMG.

2 - O investimento na sistematização dos estudos sobre o tema da instrução e da educação no século XIX, pode ser visto, por exemplo em: Gondra e Schneider (2011); Gondra e Schueler (2008); Costa, Ananias e Araújo (2014); e Lopes e Chamon (2019).

3 - Trata-se de um esforço coletivo no sentido de corroborar leituras, como a de Saviani (2017), por exemplo: “Nesse contexto, apesar de uma linha historiográfica tendente a situar o período do Império como uma época de estagnação do ensino, que após um ensaio de organização em âmbito nacional expresso na “lei das Escolas de Primeiras Letras”, de 1827, teria tido até mesmo uma involução com o Ato Adicional de 1834 dispersando pelas províncias o ensino primário e secundário, certo é que, nas condições históricas concretas em que enfrentaram o problemas da instrução pública primária, as províncias foram dando respostas conforme as necessidades e possibilidades que lhes foram objetivamente postas” (SAVIANI, 2017, p. 7).

cos, entre os quais os que buscaram interpretar as políticas e legislações estatais, seus embates, seus pressupostos e suas realizações, muitas vezes como não-realizações, ou descompassos do liberalismo tupiniquim, ou, ainda, “transplantações exóticas” e cópias malsucedidas de políticas educacionais estrangeiras (SCHUELER, 2008, p. 2).

A educação, presente desde os primeiros debates voltados à reflexão acerca da organização de todo o Império Lusitano é aqui considerada como parte do processo de construção do Estado Imperial e alicerce de sustentação do Governo Constitucional, como destacou o Governo Provisório paulista em 1821, ao afirmar a necessidade de “haver em todas as Cidades, Villas e Freguezias consideráveis, escolas de primeiras Letras pelo methodo de Lancaster com bons cathecismos para leitura e ensino dos meninos⁴” (BRASIL, 1821, p. 8), também os constituintes em 1823, ao tomá-la entre “os objectos de maior importância e que demandem mais eficazes medidas em benefício da província” (BRASIL, 1823, p. 23), ou ainda como “o alimento indispensável do povo para sua [...] moralização, e progressos intellectuaes, e a mais solida garantia da liberdade e das instituições sociais e políticas”, na narrativa histórica de Silva (1871, p. 30).

Em que pese tais representações e intenções não terem alcançado ressonância na construção de um sistema de ensino nacional, como recomendado por Rui Barbosa⁵, em 1882 e 1883, é indiscutível que “todos viam na educação o caminho das luzes, a saída para as mazelas da Colônia, para a civilização dos homens e para a afirmação do Brasil como nação independente” (PAULA; NOGUEIRA, 2017, p. 14), e que isso acabou resultando em uma gama de iniciativas nas quais

foram acionados diversos espaços de sociabilidade institucionalizados, espaços privados e públicos nos quais se construía as relações sociais, indo do espaço privado da casa do professor ao espaço público das associações filantrópicas, literárias, maçônica, mobilizando crenças, ciências, circulando ideias, bem como lançando mão de dispositivos distintos como a imprensa, o teatro, a música, as bibliotecas, para promover, por meio da difusão da cultura escrita, a reforma dos costumes e do espírito da população pobre (NOGUEIRA, 2016, p.51).

4 - Optamos por manter a grafia original da fonte.

5 - Rui Barbosa, “fez parte, como relator, da Comissão de Instrução Pública encarregada de apreciar o Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria do ministro Carlos Leôncio de Carvalho, o qual reformava o ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior em todo o Império” (MACHADO, 2010, p.13). Ele defendia um projeto de modernização do país do qual a educação seria indispensável. Suas propostas de reforma, apresentadas na Câmara dos Deputados em 1882 e 1883 previam a organização de um sistema que contemplaria do jardim de infância à universidade (MACHADO, 2010).

Tais iniciativas, voltadas para a difusão das luzes, mostram o

movimento, empreendido sobretudo a partir da última década do século passado, [que] nos revelou um período denso de discussões e de realizações no campo educacional, afinal, longe de significar um deserto de realizações, foi nele que se assentaram boa parte dos fundamentos do que veio a ser a escola brasileira do século XX, seja em seus aspectos conceituais, seja no campo político, cultural, científico ou religioso (NOGUEIRA; FARIA FILHO, 2016, p. 14)

É nessa direção que este livro aponta ao trazer a público o resultado de investigações que se debruçaram sobre o tema da educação no século XIX, abrangendo diferentes formas de expressão, seja por meio da escola, dos livros escolares ou pelos instrumentos jurídico-normativos que regulamentavam o funcionamento da sociedade oitocentista. Para isso, cada capítulo desta coletânea se ocupa de compartilhar seus itinerários teórico-metodológicos e o modo como foram operacionalizados conceitos, métodos e fontes no diálogo com outras áreas de conhecimento, além da História da Educação oitocentista.

São estudos que evidenciam a relação estabelecida entre o Estado, que vai se constituindo ao longo do XIX, e os processos educativos que permeiam a sociedade imperial e que se expressam por intermédio dos seus diferentes sujeitos e dos seus ordenamentos normativos, se materializando, ora como projetos de regeneração moral ora como práticas socio-culturais e escolares que se imbricams no cotidiano Oitocentista.

Nesse sentido, abrindo a coletânea, o capítulo **Escola Brasileira: o livro didático de Cairu**, escrito por Dalvit Greiner de Paula, nos coloca diante do projeto de educação moral para a mocidade brasileira, presente em uma obra de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu (1756-1835): “Escola brasileira ou instrução útil a todas as classes exthraida da Sagrada Escripura para uso da mocidade”, de 1827. Esse livro, lançado juntamente com a Lei das Escolas de Primeiras Letras (BRASIL, 1827), circulou pelas escolas brasileiras até o final do século, coroando a relação, consignada na Constituição de 1824, entre a religião oficial do Estado brasileiro e a obrigatoriedade do seu ensino, produzindo assim o caminho da conformação de um ideário moral para a sociedade brasileira no início dos Oitocentos.

Tomando o livro didático como principal fonte, Dalvit Greiner dialoga com os pressupostos teórico-metodológico da História Cultural, em especial com Roger Chartier e, ainda, com Circe Maria Fernandes Bittencourt, operacionalizando conceitos tais como “práticas”, “circulação” e “usos”. Esse capítulo demonstra como o livro se configura como uma

excelente fonte para o conhecimento das nossas permanências culturais e políticas e, também, como o modelo de sociedade, conservadora e autoritária, que o livro sustentou ainda encontra ecos na sociedade do presente.

O capítulo de Tainah Fernandes Teixeira Lessa, **O ordenamento e a educação dos sentidos e das sensibilidades do cidadão do Império: Mariana (MG)**, apresenta uma análise pautada num referencial teórico-metodológico que, embora não seja novidade, tem inovado no campo da História da Educação, que é a Educação dos Sentidos e da Sensibilidade⁶. Em sua análise revisita fontes tradicionais da História, a legislação, problematizando e indagando-a à luz de conceitos do campo do Direito, da História Social, da História Cultural e da História da Educação. Realiza um frutífero diálogo com os estudos de Edward Palmer Thompson, José Pedro Barran, Norberto Bobbio, Sandra Jatai Pesavento, entre outros.

Abordando o período inicial de formação e delineamento do Estado Imperial, sua investigação mostra como as leis produzidas para a regulamentação do espaço público na cidade de Mariana incidiam diretamente sobre os corpos dos sujeitos que circulavam e conviviam naqueles espaços potencializando um processo implícito de educação das sensibilidades dos cidadãos mineiros. Assim, Tainah nos desafiou a verificar como, no momento que se seguiu à Independência do Brasil, no qual projetava-se a construção do Estado, as normas produzidas serviram, não apenas à organização das instituições e regulação dos espaços públicos, mas à educação dos sentidos e das sensibilidades da população. O que esse capítulo nos mostra, é como o ordenamento pode integrar um processo de natureza educacional, não escolar.

Também ambientado no contexto provincial mineiro, Juliana Caires Pereira estabelece um diálogo com a História e a Filosofia para analisar as práticas socioculturais e escolares vinculadas aos castigos físicos. No capítulo **Os castigos escolares em Minas Gerais (1835 a 1867)**, Juliana Pereira estabelece como marcos temporais a regulamentação do uso dos castigos corporais na instrução pública da província (1835) e a determinação oficial da sua proscrição nas escolas (1867). Juliana Pereira demonstra como, na sociedade oitocentista, os castigos eram uma prática pedagógica que atravessava todas as relações sociais e as próprias condições de dominação se justificavam em função de sua legitimidade como forma, necessária e naturalizada, das interações sociais que definiam as situações de poder e de submissão, seja entre Estado/sociedade, senhor/escravo, pai/filho, professor/aluno. Como destacou Costa, no Império brasileiro,

6 - Conforme Oliveira (2018, p. 119), a educação dos sentidos e das sensibilidades, impulsionada pela renovação proporcionada pelos Annales a partir dos anos 1960, já se fazia presente "em obras de referência no campo da História desde o começo do século XX, pelo menos. (...) Sua recente importância no campo da história da educação pode ser dimensionada" a partir de sua presença nos eventos internacionais do campo na primeira década do século XXI.

A sociedade estava organizada em razão do domínio e da prepotência. A prepotência do pai sobre o filho, do marido sobre a mulher, do senhor sobre o escravo, das autoridades sobre o povo. A agressão física fazia parte integrante desse quadro que, em certos aspectos, persiste ainda em algumas regiões do país (COSTA, 1999, p. 292).

Nesse sentido, por se apresentarem imbricados nas relações sociais, Juliana Pereira avança a hipótese de que os castigos estavam tão internalizados na prática pedagógica que somente os casos que ultrapassavam o limite do aceitável eram denunciados, como excessos. Sua análise perpassa a legislação educacional e os regulamentos do ensino, mas também as matérias de jornais e as queixas que os pais enviavam à presidência da Província questionando o uso dos castigos, principalmente, da temida palmatória. A instigante discussão deste capítulo, nos leva a refletir sobre a cultura do medo que marcou a sociedade do Oitocentos no Brasil e que serviu como instrumento de controle social nos âmbitos do privado e do público e, ainda, no entendimento de que os castigos escolares, mantidos mesmo após a sua proscrição se tornariam um obstáculo à construção de uma Nação civilizada nos moldes das sociedades europeias.

Em **Educação e cultura filantrópica na província de Minas (1865-1879)**, Leandro Carvalho Silva, inicia o capítulo com uma excelente exposição acerca do seu próprio ato de tornar-se um pesquisador, destacando seu percurso teórico-metodológico e os dilemas enfrentados na condição de iniciante nesse *métier*. O autor mostra como foi o seu processo de pesquisa, suas dúvidas e algo fundamental, o que sustentou a sua vontade ou desejo de prosseguir com a pesquisa. Tais reflexões são importantes, na medida em que mostram aos jovens pesquisadores que os resultados apresentados numa pesquisa também têm uma história que subjaz o ofício do historiador.

Na sequência, ao se voltar ao objeto do capítulo, Leandro nos mostra como a disseminação da filantropia se configurou como uma das estratégias de instrução e de associação ao movimento de atualização das relações sociais, em curso na sociedade oitocentista, cujo modelo de conduta vinham da Europa e dos Estados Unidos. Para isso, toma como principais fontes as matérias que circulavam na imprensa periódica mineira para demonstrar como o discurso da filantropia aparece durante a afirmação de um processo de reconfiguração do espaço urbano, no contexto das propostas de adequação da instrução na província, nas relações de disputa regional por representatividade institucional ou simbólica perante a sociedade, e como elemento indutor de comportamentos considerados exemplares. Mas, Leandro vai além dos seus achados e aponta possibilidades de continuidade dos estudos sobre a filantropia destacando o caráter lacunar de seus estudos e da produção científica sobre o tema.

É, também, na esteira lacunar da História da Educação que Ana Paula Martins de Melo ancora o estudo aqui apresentado sobre as representações e a educação das mulheres das Minas Oitocentistas, no capítulo denominado **Representações sobre as mulheres e instrução pública feminina no século XIX**, Ana Paula, dialogando com a História Cultural, especialmente, com os conceitos de “práticas” e “representações” de Roger Chartier, se debruça sobre a imprensa periódica e os Relatórios dos Presidentes de Província buscando flagrar a presença feminina nos discursos veiculados pelos jornais e na prestação de contas dos políticos responsáveis pela organização e condução da instrução pública em Minas Gerais. Nesse capítulo, visibilizando a presença feminina, a autora discute sobre as mudanças na compreensão dos papéis e do lugar social destinado às mulheres na sociedade ocidental e das implicações das diferentes representações na condição feminina. Demonstra, ainda, como as representações acerca do feminino ou sobre as mulheres que circularam em Minas, também teriam o potencial de induzir as práticas culturais, influenciar nos modos de ser, de pensar e de agir daquelas mulheres, inclusive no meio escolar.

Para fechar esta coletânea, no capítulo **Um professor de ensino mútuo na administração provincial Oitocentista**, o protagonismo é conferido a um político mineiro que se destacou na administração imperial ao assumir o cargo máximo do Executivo provincial, responsável pelas políticas de instrução pública, após 1834. Trata-se de Herculano Ferreira Penna (1811-1867), homem da extrema confiança do Imperador que conseguiu reunir os atributos, por alguns considerados como indispensáveis ao exercício do cargo: formação política e conhecimentos técnicos. A primeira ganhou espaço nos lócus de sociabilidade que partilhou com políticos de grande influência na política imperial; os conhecimentos, adquiriu na atuação como Secretário do Conselho de Província.

Nesse capítulo, de autoria de Vera Lúcia Nogueira, à luz da História Política, analisamos a trajetória desse governante, destacando as características de sua administração, suas estratégias políticas e, numa análise mais aprofundada, o tratamento conferido à instrução pública nas províncias por ele governadas. O ineditismo desse estudo não está no *corpus* documental, bastante presente nas pesquisas do campo, a saber: Relatórios e Fallas dirigidos à Assembleia Legislativa provincial, legislação educacional e jornais que circularam no período, mas no foco que é dado às relações político-culturais estabelecidas na sociedade brasileira dos Oitocentos em torno das estratégias governamentais voltadas para a escolarização da população. O estudo parte, portanto, de uma análise da atuação do político Herculano Ferreira Penna, no contexto da pre-

sidência de província, destacando as características e as estratégias de sua administração, e, de modo mais detalhado, o tratamento conferido à instrução pública nas províncias por ele administradas.

Estamos considerando a presidência de província como um lugar de produção das regras do jogo político imperial e, ao mesmo tempo, de produção dos sujeitos que a exerceram moldando e delineando suas ações e comportamento, mas não impedindo, entretanto, que as demandas identificadas nas províncias se tornassem objeto de recomendações e de políticas específicas. Nesse sentido, por meio de seus diagnósticos e propostas de melhoramentos da instrução pública, foi se consolidando um projeto de educação que caminhava concomitante ao processo de consolidação da Nação. Herculano defendeu uma finalidade para a instrução, questionou a falta de regulamentos, os métodos, a materialidade das escolas e, principalmente, fez severas críticas à vitaliciedade dos mestres. Com uma maleabilidade política de fazer inveja a Luzias e Saquaremas, Herculano se tornou o único político a governar um total de oito províncias ao longo de sua vida.

Os (as) leitores (as) têm em mãos uma obra que nos coloca em meio aos debates, às práticas socioculturais e políticas de um contexto que compreendia a educação e a instrução como um dos principais instrumentos de construção do Estado-Nação e o único capaz de transformar a população livre, escravizada e os povos nativos em um povo civilizado cujo modelo aspirado vinha do além-mar. A província de Minas Gerais fez coro ao projeto civilizatório do Oitocentos, como nos demonstram os estudos aqui reunidos e que se abrem ao debate vindo a público.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823**. Fundo AC1823. Congresso Nacional. Rio de Janeiro, Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/assembleia-geral-constituente-e-legislativa-do-imperio-do-brasil-1823>. Acesso em: 06 maio 2019.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original).

BRASIL. **Lembranças e apontamentos do governo provizorio da Província de S. Paulo para os seus deputados mandadas publicar por ordem de sua Alteza Real, o Príncipe Regente do Brasil; a instâncias dos mesmos senhores deputados**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1821. Disponível em: <http://sistemas.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/452>. Acesso em: 10 fev. 2019

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999

COSTA, Jean Carlo de Carvalho; ANANIAS, Mauricéia; ARAÚJO, Rose Mary de. **Temas sobre a instrução no Brasil Imperial (1822-1889)**. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2014. Volume II.

GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar. **Educação e instrução nas províncias e na Corte Imperial (Brasil, 1822-1889)**. Vitória: EDUFES, 2011. 486p. (Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil)

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Editora Cortez, 2008, 320 p.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; CHAMON, Carla Simone (Orgs.). **Império**. (Coleção História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República) EDUFU – 2019. v. 2.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 140 p.: il. – (Coleção Educadores). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4715.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

NOGUEIRA, Vera Lúcia; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização, trabalho e cidadania: a educação de adultos no Brasil no século XIX. **História. Revista da FLUP**, Porto, IV Série, v. 6, p. 13-29, 2016.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. Modernidade e filantropia na educação de adultos no Brasil (1870-1880). In: CARVALHO, Marcus Vinícius C.; LAGES, Rita Cristina Lima; GASPAS, Vera. (Orgs.) **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. Educação dos sentidos e das sensibilidades: entre a moda acadêmica e a possibilidade de renovação no âmbito das pesquisas em História da Educação. **Hist. Educ.** (Online), Porto Alegre, v. 22, n. 55, p. 116-133, maio/ago. 2018.

PAULA, Dalvit Greiner de; NOGUEIRA, Vera Lúcia. José da Silva Lisboa, José Bonifácio e Martim Francisco: discussões sobre educação no Império do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, 2017.

SAVIANI, Dermeval. Prefácio à 3ª edição. In: VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do Século XIX**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2017 (Coleção educação Contemporânea).

SCHUELER, Alessandra. Escolas primárias e professores na Corte Imperial: educação escolar como objeto da História Social. **Revista Momento**, Fundação Universidade do Rio Grande do Sul, 2008.

SILVA, J. M. Pereira. **Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil: narrativa histórica**. Rio de Janeiro, 1871. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6983>. Acesso em: 11 set. 2019.

ESCOLA BRASILEIRA: O LIVRO DIDÁTICO DE CAIRU

Dalvit Greiner de Paula

INTRODUÇÃO

A trajetória de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu (1756-1835) foi bastante incomum no Brasil Colônia. Filho de um mestre de obras em Salvador estudou, a duras penas, na Universidade de Coimbra. Tornar-se-ia um homem devotado tanto à fé na religião católica quanto na figura do rei como autoridade soberana sobre a nação. Suas características são o resultado de seu tempo e de seu lugar naquela sociedade. Um tempo conturbado de revoltas, rebeliões e revoluções e, por isso mesmo, de novidades. Novidades na forma de organizar o Estado e a Sociedade civil entrando em cena novos grupos, novos projetos e novas possibilidades. Isso tudo significou conflitos de vários matizes e intensidades.

Neste livro, em que se discute o atendimento da lei como artefato de educação, o objetivo desse capítulo é compreender o lugar e a função do livro didático **Escola Brasileira, ou Instrução Útil a todas as classes**, de 1827, e buscar em suas lições o ideário moral na conformação de um projeto para a sociedade brasileira no início dos Oitocentos. Livro de boa aceitação à época, nosso objetivo é identificar os princípios que nortearam o projeto civilizacional da elite brasileira e suas estratégias para sua justificação e reprodução, por meio da escola e desse livro destinado à educação moral da mocidade brasileira.

O capítulo se apresenta organizado em duas partes. Nelas pretendemos discutir o projeto civilizacional do visconde de Cairu e a obra **Escola Brasileira** em sua materialidade, como coisa e objeto construídos para uma circulação específica com uma marca na sociedade, assim como um nome com forte carga simbólica denunciando as intenções de seu autor; logo após, analisaremos as bases para o edifício moral da sociedade brasileira proposto pelo visconde de Cairu retirados dessa sua obra.